

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS, ESTADO DE SÃO PAULO¹

Nilce da Penha Migueles Panzutti²

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de estudar os impactos da criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) sobre a população moradora, a partir de dados documentais, bibliográficos e de trabalho de campo, concentrando-se no período de 1970 a 2000. O objetivo mais amplo é trazer mais uma vez à discussão a questão da sustentabilidade das populações moradoras de Unidades de Conservação. A intensificação tecnológica da agricultura e a integração da agricultura com a indústria nas últimas décadas, associadas à internacionalização das economias, inviabilizam a inserção de populações rurais já anteriormente excluídas, forçando a busca de alternativas econômicas não-agrícolas para a sobrevivência. Nesse processo, a ocupação humana nem sempre ocorre em consonância com as necessidades de conservação dos ecossistemas naturais. Os resultados da investigação indicam que a EEJI foi instituída sem a efetiva participação dos residentes, e no caso da população de Itinguçu, a criação da Unidade de Conservação contribuiu para a inviabilização da agricultura familiar, baseada no cultivo da banana; impede a reprodução camponesa; e desorganiza as relações familiares baseadas na unidade de produção. A transformação do local em área de preservação promove reflexos na identidade de seus moradores, que se transformam, circunstancialmente, por força de lei.

Palavras-chave: meio ambiente, unidades de conservação, agricultura familiar, impactos socioambientais.

SOCIOENVIRONMENTAL IMPACT AT JUREIA-ITATINS ECOLOGICAL STATION, SÃO PAULO STATE, BRAZIL

ABSTRACT: This research aims to study the impact of the creation the Ecological Station Juréia-Itatins (EEJI) on the dwelling population, based on documental/bibliographic data for the 1970-2000 time span and on field work. It also intends to shed new light over the debate on the sustainability of the population in Conservation Units. The technological advances in agriculture, the integration of agriculture and industry and the internationalization of the economies of the last decades prevented the insertion of rural populations and forced them to seek non-agricultural possibilities of survival. In this process, ecosystem conservation needs are not always act in consonance with human occupation. Results indicate that the EEJI was built without the effective participation of dwellers, bringing negative implications. Because their family agriculture, based on banana production, became unviable, the reproduction of farmers was obstructed and family relationships were disturbed. All in all, the transformation of the place in a preservation area induced changes in the identity of its dwellers that, by force of circumstances, become outlaws.

Key-words: environment, family farmers, local development, social-economic impact.

JEL Classification: Q2.

¹Criada pelo Decreto Estadual n. 24.646, de 20/01/86, englobou a antiga Reserva Estadual de Itatins, criada pelo decreto federal n. 31.650, de 08/04/58. Por não ter sido criada em terras de domínio público, como preceitua a lei n. 6.902/81, foram editados quatro outros decretos de utilidade pública englobando toda a sua área (decretos n. 26.714, n. 26.715, n. 26.716 e n. 26.717). Com o objetivo de assegurar a integridade dos ecossistemas, flora e fauna existentes, bem como proporcionar sua utilização para fins educativos e científicos, foi sancionada a lei estadual n. 5.649, de 28/04/87. Foi englobada pela Área de Proteção Ambiental (APA) de Cananéia, Iguape e Peruíbe, criada pelos decretos federais n. 90.347, de 23/10/84, e n. 91.892, de 06/11/85, acrescentando áreas aos limites da referida APA. Através do decreto federal n. 91.889, de 05/11/85, foi criada como Área de Relevante Interesse Ecológico da Ilha do Ameixal (ARIE). Por intermédio do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), foram tombados o Maço da Juréia pela resolução 11, de 25/07/79, e a Serra do Mar e de Paranapiacaba, pela resolução 40, de 06/06/85. Este trabalho faz parte da pesquisa NRP663, cadastrada no Sistema de Informações Gerenciais dos Agronegócios (SIGA), baseado em Tese de Doutorado da autora (PANZUTTI, 2002).

²Socióloga, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho inicia o estudo dos impactos da criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) sobre a população do bairro de Itinguçu, centrando-se na análise do modo de vida da família, compreendendo as décadas de 1970 a 2000. A hipótese central do trabalho é a de que para os moradores do núcleo de Itinguçu, a criação da Estação Ecológica, além de uma estratégia governamental de conservação, estabeleceu uma nova forma de relação do homem e da mulher com a natureza. O objetivo mais amplo deste trabalho é trazer novamente à discussão a questão das populações moradoras das Unidades de Conservação, que vivem numa estreita relação com a natureza, na dependência da interação entre homens/mulheres no espaço geográfico e seus componentes. Espera-se também contribuir para a formação de um banco de dados socioeconômicos e etnográficos sobre as populações moradoras das Unidades de Conservação.

O trabalho traz a reconstrução histórica das práticas sociais da região onde se insere a Estação, o Vale do Ribeira, pois explicam muito acerca dos contornos dos fatos mais recentes. Também apresenta a caracterização dos moradores (quem são, quantos são, de onde vieram, distribuição etária, que atividades desenvolvem, aspectos fundiários), além do relato do movimento social que resultou na criação da Unidade de Conservação e os impactos resultantes da criação. Essa parte está baseada em bibliografia específica e em depoimentos de personagens que vivenciaram os fatos.

2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo foi delimitada a partir das informações coletadas com os técnicos e funcionários do Instituto Florestal e a Equipe do Litoral Sul (SMA) e após levantamento de campo para reconhecimento e identificação da situação geográfica e social da população. Posteriormente, além do levantamento bibliográfico sobre a Estação Ecológica e Legislação es-

pecífica das Unidades de Conservação, utilizaram-se dados secundários obtidos em pesquisa de campo realizada durante 1998 e consulta aos arquivos do Escritório da Juréia - Instituto Florestal, em Peruíbe. Nessa ocasião, foram realizadas entrevistas com os técnicos que atuam na área. Através de antigos jornais obtiveram-se informações sobre o movimento que resultou na criação da Estação. O perfil da EEJI e a caracterização socioeconômica do universo pesquisado, no que se referem às famílias e comunidades presentes, às atividades desenvolvidas, distribuição etária dos residentes, relações de parentesco, naturalidade dos moradores, anos de chegada na "comunidade", ano de chegada na área, situação fundiária e dominial dos 79.830ha que compõem a EEJI, foram possíveis através de pesquisa dos arquivos do Escritório da Juréia, em Peruíbe. As famílias entrevistadas foram escolhidas a partir do cadastro dos moradores fornecido pelo Instituto Florestal. As entrevistas foram complementadas com relatos de profissionais que atuam *in loco* e outros que atuaram no passado.

Como resultados desses procedimentos, obtiveram-se perfil socioeconômico, histórico-cultural e político, além do contexto natural da Unidade de Conservação.

3 - CARACTERIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS

Há várias décadas vem sendo alertada a diminuição da capacidade produtiva do espaço e da base dos recursos em diversas regiões do mundo, consequência da degradação dos recursos naturais – solo, água, florestas, biodiversidade, atmosfera-, significando riscos para toda a forma de vida no planeta.

Alterações nesse curso dependem de soluções para os problemas a partir do conhecimento originado da própria população envolvida. Em termos práticos, dependem do planejamento e gerenciamento local dos recursos naturais, compatibilizando o espaço e a capacidade dos recursos a serem utili-

zados, e de uma sustentabilidade na qual se incluam e se integrem as esferas ecológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas.

A intensificação tecnológica da agricultura, a integração agricultura-indústria nas últimas décadas, associadas à internacionalização das economias inviabilizam, agora mais do que nunca, a integração das populações rurais já anteriormente excluídas, forçando a busca de alternativas econômicas não-agrícolas para sobrevivência. Essas fortes razões justificam estudo que procure soluções e vise a preservação das populações em condições tão precárias.

O processo de desapropriação para fins de utilidade pública na área iniciou-se em 1980, para a implantação de usinas nucleares na Ponta do Grajaú, quando a área era administrada pela NUCLEBRÁS, de âmbito federal. Somente mais tarde é que passa para a jurisdição estadual (Decreto n. 24.646/86, de 20/01/86).

Após a criação da Estação Ecológica, inicia-se a aplicação das medidas restritivas e de conservação dos ecossistemas naturais, difíceis de conciliar com a ocupação humana existente. A caça, o extrativismo, a implementação de espécies vegetais e animais com a nova legislação passam a ser objeto de restrições, que dificultam significativamente a vida dos moradores.

A Estação Ecológica Juréia-Itatins é uma Unidade de Conservação onde a preservação da população humana depende de novas formas de utilização dos recursos naturais e da reordenação das atividades econômicas. Essas novas formas, no entanto, deverão ser cuidadosamente estudadas, levando-se em conta o contingente humano, sua organização social, familiar e suas relações com a natureza. Programas estratégicos que não comprometam a sustentabilidade nesses tempos de globalização e desemprego são fundamentais, no sentido de que tais medidas não contribuam para aumentar a exclusão social.

A EEJI está situada na região do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, e é considerada a "Amazônia Paulista", não apenas pelo fenômeno das enchentes, como também pela percentagem de florestas (73,3% da área total) e terras desmatadas e

abandonadas (13,5%)³. Apresenta, também, questões importantes sobre a relação entre preservação do meio ambiente e o destino das populações residentes. A Juréia, situada na região mais pobre do Estado de São Paulo, é lugar de difícil acesso, montanhoso, coberto de mata, e abrange o remanescente conjunto dos ecossistemas que compõem a Mata Atlântica concentrado na Região Sudeste do País.

A EEJI possui uma área de 79.270ha, abrangendo os municípios de Itariri, Miracatu, Iguape e Peruíbe, integrada pela reserva de florestas da Serra dos Itatins, área territorial destinada ao estabelecimento dos índios Guaranis. Região de clima tropical subquente, superúmido, com temperatura média de 22,7°C, com alta pluviosidade, sendo fevereiro e março os meses mais chuvosos.

A área da Estação tem uma rede hidrográfica principal formada pelos rios Una e do Prelado (ou Comprido), que circunda o maciço da Juréia, o Grajaúna, o Verde, o Descalvado, o Branco, o do Carvalho, o Cacunduva, o Guarú, o Rio das Pedras, o do Espriado e o Itinguçu. Engloba parte das serranias costeiras e das planícies flúvio-litorâneas do litoral sul do Estado de São Paulo, onde se verificam inúmeras elevações com altitudes entre 40 e 150 metros. O maciço da Juréia tem altitudes em torno de 870 metros. O solo da mata é fortemente ácido, sem grande riqueza nutricional, enquanto o solo de mangue é significativamente mais rico.

Último reduto de vegetação nativa no Estado de São Paulo, a área da Estação é cercada de ambiqüidades, verificando-se, ao mesmo tempo, devastação e conservação dos recursos naturais, resultado da apropriação e privatização da natureza. Nas últimas décadas, sérias alterações no *habitat* das espécies vegetais, animais e humana têm sido verificadas.

Essas alterações decorrem de um contexto mais amplo, em que o avanço do desenvolvimento econômico transgride os limites naturais, induzindo a reações desordenadas e freqüentemente destruidoras, que desequilibram o ambiente e resultam em

³Relatório do Grupo de Trabalho para Planejamento Agrícola Integral do Vale do Ribeira, 1968, citado por QUEIROZ (1969).

sérios prejuízos para a floresta. As alterações dos ecossistemas desestabilizam também o modo de vida das populações que dependem dela, induzindo-as a práticas nem sempre conservacionistas.

A Estação é uma das categorias das unidades de conservação mais restritivas, pois destina-se a conservar áreas representativas de ecossistemas naturais onde serão realizadas pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, a proteger o meio ambiente natural e desenvolver a educação conservacionista.

Nessa área protegida, o cultivo de roças familiares e a extração de produtos da mata foram proibidos. Desmatar é crime passível de multa e extrair palmito é passível de prisão, tanto quanto a caça de animais selvagens.

No entanto, os moradores que sempre viveram na área têm consciência de que não devem roçar perto da água, nem nos topos de serra, e não são contra as leis de preservação ambiental, mas essas leis que foram implantadas sem considerar a presença humana local, e sem a participação desses moradores, dificultam a sobrevivência daqueles que não têm outras alternativas de renda.

Muitas famílias foram obrigadas a abandonar a área após a implantação das políticas de proteção ambiental. Outras resistiram e permanecem no local até hoje cultivando suas roças, embora enfrentando, de tempos em tempos, as ameaças de deslocamento.

A EEJI abriga hoje 20 comunidades heterogêneas quanto à origem, atividade, grau de interação e conhecimento em relação à natureza, com fortes laços de parentesco entre os moradores não só tradicionais, mas outros, existindo profunda relação histórico-cultural do morador com a área, denotando uma força determinada pelo espaço geográfico.

Situada no sul do litoral paulista (Vale do Ribeira), dista aproximadamente 200km da cidade de São Paulo. O acesso à área pode se dar pela BR-116.

4 - RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA

O objetivo deste item é situar o contexto natural, econômico, social e político no qual se inscreve a

Estação Ecológica Juréia-Itatins, procurando facilitar o entendimento dos impactos impostos pela sua criação ao modo de vida dos moradores.

No desenvolvimento histórico e nas práticas sociais encontram-se determinantes de diversos traços da sua conformação atual. Encontram-se também as possíveis razões para o povoamento local, e nas políticas públicas ali encetadas identificam-se motivações e contornos dos fatos mais recentes.

Dessa caracterização parece relevante salientar que a criação da Estação marcou definitivamente a população local, estabelecendo limites às atividades desenvolvidas para a sua sobrevivência.

Se na instância econômica, a criação da Estação coibiu as atividades extrativistas de caça e práticas agrícolas, no âmbito social e político, erigiu uma nova categoria, a de "morador da Estação", definindo e redefinindo uma identidade social, com sérios desdobramentos para esse agrupamento humano. Analisando-se a vida da população que habita a EEJI hoje, observam-se traços característicos do perfil histórico da região.

O Vale do Ribeira constitui uma faixa que vai dos municípios próximos à capital (São Paulo) até as cercanias de Curitiba (PR), e no litoral, desde as proximidades de Peruíbe ao norte, até Paranaguá ao sul. Considerada a região mais pobre do Estado de São Paulo é, contudo, muito rica em recursos naturais, encontrando-se aí o que resta da Mata Atlântica no Estado (5% do total, atualmente) (DIEGUES, 1994, p. 114). A região abriga consideráveis recursos minerais e hídricos e o acesso ainda é difícil pelas péssimas condições das poucas estradas, permanecendo à margem do processo de desenvolvimento econômico. Nesse cenário é que se apresenta a EEJI.

A região foi foco de numerosas iniciativas de criação de núcleos coloniais, com elementos estrangeiros das mais variadas procedências, contudo, sem chegar a uma ocupação satisfatória que, inicialmente, restringiu-se à faixa litorânea. Em PETRONE (1966) encontram-se as informações desse período. O povoamento pré-colombiano deixou traços culturais e étnicos na área, que se cruzaram com os europeus. A chegada dos europeus se fez por volta de 1531. O

isolamento, especialmente em relação ao interior, favoreceu a fixação de moradores que viviam provavelmente de pesca, lavouras de subsistência e atividades de coleta. Na área de Iguape, o caminho para o interior foi indicado aos primeiros povoadores (primeiras bandeiras) pelo sistema fluvial navegável. A partir de meados do século XVII, as incursões para o interior tornaram-se mais freqüentes, tendo em vista a possibilidade de encontrar jazidas de ouro. O ouro tornou-se, na ocasião, o primeiro empreendimento econômico em escala comercial. O ouro de lavagem, no entanto, definiu uma forma muito rala e descontínua de povoamento, acompanhada pela presença de roças efêmeras para subsistência margeando o rio.

No século XVIII, Iguape definiu-se como expoente regional, onde se instalou uma casa de fundição valorizando economicamente as terras interiores. As atividades agrícolas limitavam-se a culturas de subsistência em sistema de roças. A partir do segundo quartel desse século, a lavoura sofreu um incremento relativamente grande, desenvolvendo-se especialmente a lavoura de arroz, e concomitantemente à montagem de várias máquinas de beneficiamento. O caráter disperso e fugaz do povoamento permaneceu por longo tempo. Parecia não haver condições sociais, econômicas, religiosas e político-administrativas para a concentração de pessoas em torno de um embrião de cidade (PETRONE, 1966).

A atividade agrícola dividia o espaço econômico com a construção de barcos e, sendo esta itinerante e predatória, promovia o deslocamento constante de posseiros ao longo das margens fluviais. Os produtos cultivados continuaram sendo arroz, cana, feijão, milho, fumo, mandioca, batata-doce, etc. A criação de animais não tinha expressividade. Porcos, gado *vacum* e cavalos eram produzidos em pequena escala, assim como o café.

No conjunto, no entanto, a zona da Baixada do Ribeira continuou a ser domínio das terras devolutas que, embora pouco povoada, estava em condições de ser conquistada. A tomada de terras por posseiros intensificava-se, e já, em 1896, despertava a atenção dos poderes públicos.

“A prática (...) com tendência a desenvolver-se amplamente, consiste na destruição do mato virgem, salteadamente, nos pontos de melhor terreno, para formação de capoeiras que constituem título à posse ou a preferência na posse como pretensas benfeitorias” (Relatório da Secretaria da Agricultura de 1896, p. 215, citado por PETRONE, 1966).

Esse sistema tradicional, em uso em toda a Baixada, com o objetivo de erguer um abrigo e abrir uma clareira para dar espaço para uma lavoura de subsistência, norteou a formação do bairro focalizado, Itinguçu.

De acordo com Petrone, esse tipo de ocupante foi responsável pela penetração, através dos altos cursos dos rios secundários e o início da ocupação, embora rala e espaçada, das zonas de encostas dos morros da região. Os que ocuparam terras em grande escala nesse sistema foram ainda os principais responsáveis pelos problemas que, na atualidade, caracterizam os aspectos relativos à legalidade da propriedade das terras (PETRONE, 1966).

Nos séculos XIX e XX passaram pela região italianos, espanhóis, eslavos, alemães, japoneses, americanos, portugueses, belgas, dinamarqueses, africanos, ingleses, irlandeses, austríacos, lituanos, sírios, húngaros, poloneses, russos, ucranianos, suíços e suecos, distribuídos pelas colônias de Iguape, Cananéia, Pariqueiraçu, Registro, Katzura, Sete Barras, Moya Triestre e Santa Maria. Petrone registra ainda a vinda de confederados norte-americanos entre 1865-70, assim chamados por ser a maior parte deles do sul daquele país.

Poucos imigrantes permaneceram na região que, em meados do século XIX, era uma das áreas do Estado com menor presença de estrangeiros. Consta, inclusive, que poucos são os imigrantes nacionais na região. Diversas razões são apontadas pelo autor para a não-permanência de estrangeiros. As condições físicas da região, área quente e úmida, nitidamente tropical; a desilusão do colono face à realidade e encontrada - suas matas eram citadas como de excelentes índices de fertilidade e constantemente referidas com possibilidades de obter sempre bons resultados em todas as culturas. Na prática, apresentava dificul-

dades climáticas e a área não se prestava a culturas de climas temperados, a que estavam afeitos. As técnicas trazidas na bagagem cultural não se aplicavam.

A alternativa encontrada foi a aplicação de um sistema de rotação de solos em suas propriedades, com técnicas utilizadas pela população cabocla encontrada no País. Esse sistema, por sua vez, não evoluiu para um sistema melhorado de rotação de solos, mesmo nas lavouras comerciais, com exceção da cultura do chá. Sem adubação, esgotaram-se os solos frágeis, favorecendo a erosão (PETRONE, 1966).

Outras razões levantadas para a não-fixação dos colonos na região foram: dificuldade de circulação e acesso aos mercados (ausência de estradas e caminhos vicinais) e a precariedade da navegação fluvial, inviabilizando o escoamento de uma produção comercial, sem falar da insatisfatória administração colonial.

Entre as culturas de caráter permanente, da Baixada do Ribeira, registram-se: banana, café, chá, arroz, cana, feijão, mandioca e milho, laranja, tangerina, cacau e seringueira; assim como fumo, abacaxi, batata-inglesa e batata-doce.

As lavouras permanentes da banana, chá e café tiveram, desde o início, um caráter comercial na fase da grande lavoura monocultora do País. No século XX, a segunda lavoura permanente introduzida foi a banana, que começou a interessar à região, especialmente a partir da década de 30. O município de Iguape destacou-se nesse período pela quantidade dos bananais. Penetrou na região ao longo da faixa de terras marginais à linha Santos-Juquiá.

A variedade nanica do grupo Cavendishii, mais comercial, localizou-se principalmente nas várzeas, relativamente boas, e subindo os morros. A formação dos bananais da região verificou-se por empreitada ou à "meia". Embora com rendimentos mais baixos, a cultura expandiu-se nas áreas de morros. Justifica-se essa localização pelo valor da lavoura e pela possibilidade de um pequeno espaçamento entre as touceiras, aproveitando melhor o terreno. Essa cultura presta-se a parcelamentos em pequenas propriedades. A relativa facilidade de plantio, com colheita no decorrer do ano todo, e o valor da pro-

dução influenciaram o desenvolvimento da cultura na região.

Os moradores de Itinguçu vieram a partir de 1960, atraídos por essas condições da cultura. A maior parte deles tiveram bananal e alguns ainda os conservam.

Uma das dificuldades para a prosperidade dos empreendimentos agrícolas da Baixada, inclusive aí também de Itinguçu, é a inadequação entre o tipo da agricultura de manutenção itinerante, que exige áreas maiores para ao menos haver a rotação de culturas, e o tipo de propriedade, o sítio, de proporções menores.

Reportando-se à ocupação do solo da Baixada do Ribeira, PETRONE (1966) refere-se ao "capuava"⁴, ocupante das zonas de mata, especialmente das áreas que ficaram à margem da circulação fluvial, que se definiu no processo de povoamento, baseado na penetração e posse, pela utilização de zonas de mata. O capuava, para o autor, é considerado um tipo residual que na década de 50 já não tinha mais a representação expressiva de 20 anos antes de 1950. Em certas áreas de povoamento demasiadamente rarefeito, esse é o único povoador. Suas atividades são limitadas a zonas de serras, em grande parte ainda cobertas por matas. Tais zonas constituíam-se como que os últimos refúgios do tipo. Esse tipo de penetração em áreas praticamente despovoadas é atribuída ao processo de legalização da propriedade da terra que, na maior parte das vezes, se faz em seu prejuízo. A presença do capuava está associada à compreensão do fenômeno do "posseiro" que na Baixada, como em outras áreas, teve papel relevante. O "posseiro" - indivíduo que se estabelece em uma área sem possuir títulos de propriedade, fazendo algumas benfeitorias - vive em terras onde se instalaram seus antepassados, sem que possa apresentar qualquer título. Foi a ponta de lança do povoamento e devassador de áreas não ocupadas, contribuindo para criar as primeiras condições de organização

⁴Capuava: definido como um tipo humano característico habitante dos morros e grotões das áreas mais afastadas dos eixos de circulação, em contraposição ao "ribeirinho", o tradicional habitante das margens dos principais rios, cultivador de arroz (PETRONE, 1966, p.93).

econômica do território onde se instala. Sua economia é organizada na base de uma agricultura de subsistência ou de manutenção, praticada com técnicas rudimentares e na forma itinerante, em “roças” freqüentemente inferiores a um hectare, tendo áreas relativamente extensas para aproveitar. Extensas reservas de solos à disposição em grandes superfícies com revestimento em matas, associadas ao fogo como técnica, constituíram os elementos característicos da agricultura desse povoador. O “capuava”, apresentado por Petrone, em muito se assemelha ao que foi observado em pesquisa de campo entre os moradores de Itinguçu em 2000.

MENDONÇA e MENDONÇA (s.d.) referem-se a um tipo cultural das regiões serranas que se assemelha ao que existe no interior do Estado de São Paulo, denominado caipira⁵. QUEIROZ (1992), diferentemente de MENDONÇA e MENDONÇA (s.d.), não associa o “morador” da Juréia ao caipira, tampouco ao camponês, argumentando que essas denominações não são apropriadas por sugerirem um modo de vida ligado basicamente ao trabalho agrícola, o que nem todos os moradores praticam. Para esse autor, os moradores da Juréia têm estilos de vida que congregam o rural (camponês) ao litorâneo (o caçara). Os moradores de Itinguçu, no entanto, se assemelham muito com o tipo cultural das regiões serranas dos quais falam MENDONÇA e MENDONÇA (s.d.) e PETRONE (1966). Há que se ter em conta apenas que, com o passar dos anos e com a intensificação das relações com o meio urbano, e com o desenvolvimento dos meios de comunicação observa-se o processo de “aculturação”⁶ à sociedade moderna, com perda dos traços originais.

A região do Vale do Ribeira atraiu cedo o povoamento, chamando a atenção de interessados em

processos de colonização, particulares e a administração pública. Mesmo assim, não acompanhou o desenvolvimento do Estado e, apesar de sua posição geográfica, tornou-se uma espécie de sertão do litoral.

Na década de 60, no entanto, verifica-se um processo de valorização da região atribuído, principalmente, à melhoria no sistema viário regional – parte da BR-2 que uniu a cidade do Rio de Janeiro a Porto Alegre, e ao interesse do governo estadual, que através de um Plano de Ação convergiu uma série de medidas para a área (PETRONE, 1966).

Nessa mesma década, os planos desenvolvimentistas do governo militar, preocupado com áreas consideradas isoladas e pouco desenvolvidas, abriram diversas rodovias. É desse período a construção da rodovia Rio-Santos, a Transamazônica e a Belém-Brasília, como parte do “Programa de Integração Nacional”, e com o objetivo de ocupar espaços vazios e acelerar o desenvolvimento.

A construção da rodovia Rio-Santos em direção ao litoral norte, em 1972, e da BR-116 na década de 60, ligando o litoral sul do Estado de São Paulo, provocaram dramáticas transformações na região. Aberta com o fim de atrair indústrias, acirrou consideravelmente os conflitos de terra que já existiam. Concomitantemente à abertura da BR-116, a região, atingida pelo Plano Estadual de Colonização, ocasião em que maciços investimentos governamentais ocorrem, após o movimento de guerrilhas que ali se deram. Atividades de guerrilha são motivadoras da ação governamental em planos de desenvolvimento da área (PAOLIELLO, 1992).

Até a década de 70 a região pauta-se pela agricultura de subsistência e permanência de imensas áreas de terras devolutas, baixa concentração populacional e, na década de 90, é considerada área de fronteira agrícola.

A partir dos anos 70s, acorrem à região grandes empresas mineradoras e agropastoris, madeireiras e imobiliárias. Acirra-se a luta pela posse da terra com a atuação de grileiros, através de mecanismos ilegais e violentos. Verifica-se a expulsão de posseiros das áreas ocupadas.

A baixa concentração populacional, a difícil

⁵A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível reputado hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, sua exploração sistemática in: MENDONÇA; MENDONÇA (s.d.).

⁶Aculturação: quando um indivíduo ou um grupo adquire as características culturais de um grupo diferente, com o qual estabelecem contatos diretos. Aquisição por um grupo dos traços culturais de outro grupo.

dade de acesso, o relevo acidentado e a pobreza do solo para agricultura foram os fatores que levaram à escolha do local pelos militares, que projetavam construir usinas nucleares (acordo Brasil-Alemanha); por Lamarca, que pretendia organizar no local a guerrilha revolucionária; pelos arquitetos, que projetavam construir um refúgio em meio à natureza.

Em meio a esses conflitos da região do Vale como um todo e, em contrapartida e oposição a tais projetos, surgem grupos de ecologistas das cidades vizinhas (Iguape, Peruíbe, Itanhaém e São Paulo), que se mobilizam para transformar áreas em unidades de conservação ambiental. Assim foi criada a Estação Ecológica Juréia-Itatins, que abriga o bairro de Itinguçu.

4.1 - A Criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins

Na década de 70, a Juréia, lugar isolado, belo e exótico, já constava também de planos de preservação da Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém, transformando-a em Unidade de Conservação. Essa sociedade, juntamente com a Sociedade em Defesa do Meio Ambiente de Iguape denunciava a degradação resultante da implantação do projeto imobiliário – construção de um condomínio de luxo para mais de 70 mil pessoas - na praia do Rio Verde. O autor do projeto do condomínio era o arquiteto Jorge Willheim, que se tornaria mais tarde Secretário do Meio Ambiente (LEITE, 1994).

Os planos das empresas Gomes de Almeida Fernandes e Companhia Grajaúna de Empreendimentos Turísticos, apesar de inicialmente aprovados, foram interrompidos um ano depois, por intervenção do governo militar, que desejava construir duas usinas nucleares no morro do Grajaúna, ao lado do Maciço da Juréia (QUEIROZ, 1992).

O decreto n. 84.771, de 04/06/80, evidencia as intenções do governo federal de construção das usinas. Numa tentativa de evitar as críticas ao seu programa nuclear, por parte de ecologistas, cria-se imediatamente após o decreto n. 84.973, de 29/07/80, segundo o qual as usinas nucleares deveriam situar-

se em áreas contornadas por Estação Ecológica. Como desdobramento a área é interdita à população, iniciando-se as obras de infra-estrutura e colocando alguns caixas no serviço de vigilância da área (QUEIROZ, 1992). Essas medidas contribuíram sensivelmente para a preservação local.

Na década de 80, verifica-se a atuação do poder público em duas frentes: a) solução dos problemas fundiários e implementação da Reforma Agrária e b) políticas e legislação de proteção ao meio ambiente.

Ao assumir o Governo do Estado de São Paulo em 1983, André Franco Montoro, sensível às demandas das reivindicações dos “movimentos sociais”, promoveu uma abertura dos órgãos públicos à participação, incluindo os ambientalistas. Uma parcela destes foi absorvida pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), na época Grupo da Terra, autarquia ligada à Secretaria do Interior, encarregada da área.

Nessa gestão, com o fracasso do Programa Nuclear Brasileiro, a idéia de construção de usinas nucleares na Juréia é afastada. Nesse momento, governo, imprensa e ambientalistas mobilizam a opinião pública no sentido de transformar a Juréia numa unidade de conservação ambiental.

Em 26 de abril de 1983 criava-se o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), ligado diretamente ao gabinete do governador, do qual participavam representantes de diversos órgãos governamentais, entidades ambientalistas e outras entidades da sociedade civil. Nesse Conselho, juntamente com a SUDELPA, foi planejada a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (QUEIROZ, 1992).

A partir de 1985, implementa-se o Programa de Regularização Fundiária pela Secretaria de Assuntos Fundiários, integrando o Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira, feito pela SUDELPA, com a finalidade de regularizar a situação dos posseiros da região e, assim, viabilizar os investimentos privados e mesmo governamentais no Vale.

A intervenção estatal que redefine a política fundiária e o desenvolvimento agrícola regional articula-se em convênios com a SUDELPA, Procuradoria

Geral do Estado, Secretaria do Meio Ambiente e o próprio INCRA.

A SUDELPA representou a institucionalização do movimento ecológico. Estava nítida, no documento de criação, a preocupação governamental em ocupar a região, integrando-a e impedindo a ação subversiva. Previa-se a construção de estradas, postos de saúde e escolas (QUEIROZ, 1992).

O Estado oferecia respaldo e instrumentos técnicos para a resolução das questões colocadas pelos movimentos sociais, conforme depoimento de ex-militante: *“nós realmente fomos cooptados pelo Estado, mas estou convicto de que não teríamos resolvido uma série de questões se não tivéssemos entrado para o governo. Demarcamos todas as aldeias guaranis em São Paulo, atendemos mais de 125 conflitos de terra e resolvemos outros conflitos graves como os dos posseiros de Vista Grande e Itinguçu, na Juréia”* (depoimento de Eduardo, cf. QUEIROZ, 1992).

Em 1986, entretanto, o Governo Montoro extinguiu a SUDELPA, que tratava em conjunto os assuntos fundiários e ambientais, passando essas questões então a serem tratadas separadamente entre duas novas secretarias: A Secretaria de Assuntos Fundiários (SEAF) e a Secretaria do Meio Ambiente (SMA). A Juréia passa então a ser assunto desta última, que inicia um controle maior da área em consonância com o decreto de sua criação, decreto que não previa a existência de populações humanas em seu interior.

A transformação da Juréia em Unidade de Conservação foi fruto da organização da sociedade civil e da iniciativa de pessoas e órgãos governamentais. Em 1986, formou-se um movimento na cidade de São Paulo, mobilizando a opinião pública, apoiado pela imprensa para que a Juréia fosse transformada em Unidade de Conservação. Participavam desse movimento cientistas, estudantes, juristas, jornalistas, arquitetos, engenheiros, biólogos e outros profissionais liberais, políticos que se opunham ao governo militar, atuantes desde a década de 70. Desse processo, formaram-se dois grupos: “Movimento PróJuréia” e o “Grupo de Defesa da Juréia”. Em 20 de janeiro de 1986 foi criada a EEJI, através do De-

creto Estadual n. 24.646. Em dezembro de 1986 os dois grupos referidos fundiram-se na “Associação em Defesa da Juréia” (QUEIROZ, 1992).

A existência de fato da EEJI demandou ainda mobilização social e medidas governamentais (decretos estaduais n. 26.714, n.26.715, n. 26.716 e n. 26.717). Em 28 de abril de 1987 é sancionada, pelo então governador Orestes Quércia, a Lei n. 5.649, dando maiores garantias à Estação.

Seguiram-se campanhas publicitárias do movimento ecológico em prol da Juréia nos anos 1988 e 1989, e a partir de 1990, quando ocorre o controle mais efetivo da área pela Secretaria do Meio Ambiente, iniciam-se outras contradições entre moradores e o órgão governamental.

Nesse momento, alteram-se as relações entre ambientalistas, moradores e Governo. Emerge a principal contradição entre as finalidades⁷ de uma Estação Ecológica e a presença humana na área. Moradores passam a se organizar contra o que consideram os limites impostos à sua liberdade e sobrevivência com a criação da EEJI. Ecologistas e técnicos da SMA, que antes haviam atuado ao lado dos moradores em favor do conflitos pela posse da terra e da regularização fundiária, encontram-se frente a frente com os moradores. Coloca-se em questão a compatibilidade entre a preservação ambiental e as dificuldades de sobrevivência apontadas pelos moradores, com os limites impostos às atividades que desenvolviam até então.

⁷Pelo Decreto n. 24.646, de 20/01/86, as Estações Ecológicas criadas pelo poder executivo, eram áreas representativas do ecossistema brasileiro, destinadas à realização de pesquisas de ecologia, proteção do ambiente natural e desenvolvimento da educação conservacionista. Os parágrafos primeiro e segundo do artigo acima estabelecem que 90% ou mais da área de cada Estação Ecológica serão destinados à preservação da biota e o restante poderá ser utilizado, após a realização de um plano de zoneamento, para pesquisas ecológicas que venham a acarretar modificações no ambiente natural. De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 7, na área reservada às estações ecológicas será proibido: a) presença de rebanhos de animais domésticos de propriedade particular; b) exploração de recursos naturais, exceto para fins experimentais, que não implique prejuízo da biota nativa; c) porte e uso de armas de qualquer tipo; e d) porte e uso de redes de apanha de animais e outros artefatos de captura. Em outros termos, ignora-se a presença humana.

5 - ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E A JURÉIA

As limitações impostas pela estação ecológica colocaram em discussão a “convivência harmoniosa” com a natureza. Na prática, a lei que, de um lado, visou a conservação desse importante patrimônio biofísico, de outro, colocou em risco o patrimônio cultural e étnico de pequenas comunidades que vivem do plantio, da caça, da extração do palmito e da pesca, assim como o interesse de outro tipo de morador, proprietários que à época da criação da Estação desenvolviam atividades de extração do palmito. Relações conflituosas estabeleceram-se entre os diversos tipos de moradores e os técnicos da SMA, inclusive entre os ambientalistas.

Com a criação da Estação Ecológica e o consequente aumento da fiscalização sobre a área acentuaram-se as contradições entre moradores e o poder público. Nos anos que se seguem criam-se entidades representativas dos interesses dos moradores. Em 1987, funda-se o Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMA), formado por antropólogos, biólogos e geógrafos da USP e PUC-SP, voltado, no próprio dizer de seus representantes, à pesquisa e intervenção social, ao lado do qual mais tarde se colocará a União dos Moradores da Juréia-Itatins (UMJI). No outro lado colocam-se o movimento ecológico, isto é, o Pró-Juréia, e o SOS Mata Atlântica (QUEIROZ, 1992).

Em julho de 1990, é criada a UMJI, uma entidade representativa dos interesses dos moradores de Juréia, por várias associações de bairros (Despraiado, Itinguçu, Barra do Una, Barro Branco, Rio das Pedras, Cachoeira do Guilherme e Praia do Una). Após várias reuniões em que estiveram presentes, além dos moradores da Juréia, representantes do movimento ecológico, do Estado e políticos (deputados, vereadores, prefeitos de Iguape e Peruíbe), define-se um conflito central: os moradores reivindicam a exclusão de suas áreas de ocupação da Estação, e enquanto os técnicos da SMA e o movimento ecológico opõem-se a essa idéia, argumentando que do ponto de vista prático, dada a grande dispersão dos núcleos populacionais, se tais áreas fossem excluídas

criariam enclaves que ameaçariam a conservação, e poderiam levar ao desvio das finalidades da Unidade de Conservação (QUEIROZ, 1992).

Dentro da UMJI, no decorrer do tempo, rupturas ocorreriam ainda no bojo da discussão sobre inclusão e exclusão das áreas dentro dos limites. Nesse processo, a Associação do Barro Branco e a Associação do Barra do Una reivindicam a exclusão de suas áreas, pois a inclusão acabaria com o reconhecimento desejado pelo direito de posse; impediria a concessão de títulos de propriedade individual aos posseiros; e, no máximo, esses poderiam receber apenas indenizações por benfeitorias porventura realizadas. Além disso, grande parte dos moradores extraíam os recursos para sua sobrevivência das pequenas atividades ligadas ao turismo, embora legalmente incompatíveis com uma Unidade de Conservação. As demais associações da UMJI mudam essas reivindicações a partir de 1991, passando a reivindicar a substituição dessa categoria de Unidade de Conservação para outra nos moldes das Reservas Extrativistas⁸ (QUEIROZ, 1992).

Observe-se que existem diferenças cruciais entre esses dois tipos de Unidades de Conservação. Enquanto as Reservas Extrativistas abrigam espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis pela população local, mantendo a propriedade em mãos do Estado e estabelecendo contratos de concessão de uso (decreto-lei n. 271, de 28/02/87), a legislação mais rígida da Estação Ecológica (LEITE, 1994) não permite o autodesenvolvimento e a liberdade de trabalho, mais ainda, ignora a presença humana dentro dos limites desse tipo de Unidade de Conservação no que se refere aos direitos.

Embora vista pelos moradores como uma forma possível de negociação com o Estado e com ecologistas, a proposta de Reserva Extrativista ainda não se concretizou, permanecendo ainda hoje como uma reivindicação dos moradores. À época em que foi realizada a última etapa da pesquisa de campo

⁸Conforme decreto federal n. 98.897, de 30/01/90, Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista. Essa exploração é regulada por contrato de concessão real de uso (decreto-lei n. 271, de 28/02/87).

em Itinguçu (ano 2000), os moradores estavam discutindo a experiência da criação da Reserva Extrativista de Mamirauá, no Amazonas.

QUEIROZ (1992), ao discutir as questões da delimitação e desapropriação da Unidade de Conservação, traz o depoimento de um técnico da SMA, que participou do planejamento da criação da EEJI sobre a inclusão da área de Itinguçu dentro dos limites da Unidade de Conservação: *“discutiram-se dias seguidos e sabíamos que até aquele momento já tinham sido assassinadas 11 pessoas entre grileiros e posseiros. Então, a gente adotou esse critério de colocar o Itinguçu dentro da estação, como princípio para parar esse conflito. Se um dia tivesse que tirar essa área, que tirasse, mas a gente iria dizer que aquilo lá (o confronto) não adiantava mais brigar porque a terra era do Estado. Isto foi fundamental, fazíamos hoje a mesma coisa, sabendo que do ponto de vista legal não podia ter moradores. O pessoal que mora lá hoje sabe que houve um corte na história deles. Agora está dentro da Estação Ecológica e parou a violência (...) além disso, havia um projeto de continuação da BR-101 que passaria por Itinguçu, então, nós colocamos o limite da estação até ali para servir de rolha e impedir a tal estrada”* (depoimento de Eduardo).

Esse depoimento do técnico da SMA, que à época participou da discussão da criação da Estação, evidencia o caráter intervencionista do Estado e o corte sobre o qual se definiria daí para frente uma identidade daquela população. Criava-se a categoria de “morador da Estação Ecológica Juréia-Itatins” e, como contrapartida diante das restrições impostas, a de transgressor.

Assim criada, a EEJI encontra-se, ainda hoje, sobre uma malha fundiária complexa com sobreposição de títulos e moradores nativos, advindos da própria região ou de outras, inclusive de outros estados, principalmente da Região Nordeste. Por lei, seus objetivos de pesquisa e atividades de educação conservacionista (permitidos em 10% da área total e os 90% restantes devendo permanecer intactos) batem de frente com alguns interesses dos moradores.

A ocupação humana da EEJI é bastante diferenciada, se se levar em conta o uso da terra e as situações jurídicas, histórica e geográfica.

6 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Do levantamento realizado pelo Instituto Florestal, órgão responsável pela administração da EEJI, verificou-se que em 1995 a população heterogênea da Juréia era composta por moradores tradicionais, adventícios antigos e recentes, num total de 20 comunidades, com 310 famílias, 1.031 moradores (563 homens e 468 mulheres). Dessas comunidades, são: a) tradicionais: Rio das Pedras, Aguapeú, Praia da Juréia, Cachoeira do Guilherme, Barra do Una/ Rio Verde e Rio Una e Despraiado; b) adventícios antigos e recentes: Vila Barra do Una; Colinas Verdes, Tocaia, Itinguçu, Itinguinha, Tetequera, Perequê, Cachoeira das Antas, Serra do Guaraú, Barro Branco e Morro do Itu; e c) duas são propostas para exclusão de seus limites: Barra Funda e Jacu-Guaçu.

As maiores comunidades, em 1995, eram Despraiado, com 83 famílias; Barro Branco-Tetequera, com 49; Itinguinha-Itinguçu, com 32 famílias; Barra do Una, com 31; Praias do Una Rio Verde, com 19; Cachoeira do Guilherme, Parnapuã-Brava-Juquiazinho, Colinas Verdes com dez; e Serra do Guaraú, com doze famílias; Tocaia e Aguapeu com quinze e catorze famílias, respectivamente (Tabela 1).

As fontes de rendimento da população moradora são atividades de agricultura e agropecuária desenvolvidas, e o comércio relacionado ao turismo na região, embora legalmente não seja permitido. A melhor alimentação está associada aos períodos de colheita, de piscosidade e alta temporada de turismo. Parte dos moradores consideram que a proibição da caça prejudicou a alimentação dos moradores que não têm recursos para consumir outro tipo de carne (Tabela 2).

A pesca praticada na EEJI é de tainha, robalo, traíra e cará, utilizando-se rede, tarrafa e vara. A maior parte da pesca obtida é vendida para estabelecimentos comerciais e a outra parte vai direto ao consumidor. A forma de conservação dos peixes é a salga, pois não fazem transformação. As dificuldades encontradas na pesca são a diminuição dos peixes e as restrições impostas pela legislação ambiental. Essa atividade é desempenhada hoje com a

Tabela 1 - Número de Famílias que Compõem as Comunidades, EEJ, 1995

Comunidade	Família
Praia da Juréia	7
Aguapeú	14
Rio das Pedras	2
Colinas Verdes	10
Despraçado	83
Serra do Guaraú	12
Perequê	3
Barro Branco/Tetequera	49
Guarauzinho/Morro do Itu	6
Parnapuã, Brava e Juquiázinho	10
Vila Barra do Una	31
Tocaia	15
Itinguinha/Itinguçu	25
Rio Una	6
Cachoeira do Guilherme	11
Praias do Una e Rio Verde	19
Total	310

Fonte: Elaborada a partir de dados do Instituto Florestal.

Tabela 2 - Atividades Desenvolvidas, pela População Moradora da EEJ, 1995 (em n.)

Atividade	Pai chefe	Mãe chefe
Agricultura	179	77
Pecuária	4	2
Pesca	7	
Extração vegetal	2	2
Vigia/guarda-parque	5	1
Caseiro	4	1
Aposentado	14	10
Doméstica	1	146
Comerciário	2	1
Comerciante	2	1
Artesão	1	
Outros	28	7
Dúvida	5	4
Não sabe	28	32
Não se aplica	1	2

Fonte: Elaborada a partir de dados do Instituto Florestal.

utilização das mesmas técnicas usadas antes da criação da Estação. Os principais animais objeto da caça são: paca, tatu, veado e capivara.

As atividades predominantes são a agricultura e a pesca, na condição de autônomos, mas existem alguns poucos assalariados fixos e temporários na região, assim como empregados domésticos. Dos indivíduos que saíram da Estação em busca de trabalho ou por motivo de casamento, boa parte reside atualmente em São Paulo (Capital) ou outros muni-

cípios do Estado.

As moradias são em grande parte de 30 a 50m², com casas de um a dois cômodos, numa frequência maior de duas pessoas por cômodo. Dezoito por cento das moradias são de tábuas e 60% de cimento, cobertas de telhas de barro ou de cimento amianto. São iluminadas por luz elétrica ou lampião a gás, cozinham com gás e lenha, abastecendo-se de água em cachoeira ou nascente. Um terço das casas tem caixa d'água, banheiro e vaso sanitário com descarga, fossa negra ou séptica.

As principais atividades agropecuárias referem-se ao cultivo da mandioca, banana, feijão, milho, olerícolas e frutas. Anteriormente, os produtos mais plantados eram o arroz, em primeiro lugar, seguido pelo feijão. Alega-se que deixaram de plantar por falta de área. O produto dessa atividade agropecuária não se destina ao comércio. As atividades principais de transformação são mandioca (farinha de mandioca) e banana (doce de banana).

Não existe nenhum trator nas atividades agrícolas. Os principais instrumentos são enxada, foice e machado. Poucos possuem plantadoras. Nas atividades de cooperação contam com a própria família e eventualmente com vizinhos.

Observando-se a distribuição etária de seus moradores, nota-se uma concentração de indivíduos nas faixas de 11 a 25 anos, isto é, um grande número de indivíduos que se incluem e se incluirão na faixa da população ativa (acima dos 18), demandando atividades econômicas que garantam sua sobrevivência e reprodução (Tabela 3).

Do total de moradores, apenas 2% não têm relação de parentesco entre si. A população encontra-se bem distribuída pelas faixas etárias que vão dos 11 aos 45 anos, e leve concentração nas faixas de 21 a 35 anos, e distribuição equilibrada entre homens e mulheres. A maior parte dos residentes (48%) foi criada na região onde reside e 14% vieram do Nordeste. Entre os residentes, 51% chegaram na comunidade entre 1961 e 1986 e 22% entre 1987 e 1991. Dentre os moradores, 14% são analfabetos e 55% têm o primeiro grau completo, com uma grande proporção de solteiros (55%),

Tabela 3 - Distribuição dos Residentes por Faixa Etária, EEJI, 1995
(em n.)

Faixa etária	Homem	Mulher	Total	Part. %
<= 5	0	0	0	-
De 6 a 10	18	18	36	3,49
De 11 a 15	82	78	160	15,52
De 16 a 20	61	76	137	13,29
De 21 a 25	55	49	104	10,09
De 26 a 30	44	37	81	7,86
De 31 a 35	41	40	81	7,86
De 36 a 40	26	24	50	4,85
De 41 a 45	41	35	76	7,37
De 46 a 50	25	15	40	3,88
De 51 a 55	32	24	56	5,43
De 56 a 60	36	23	59	5,72
De 61 a 65	28	17	45	4,36
De 66 a 70	28	13	41	3,98
>= 70	34	14	48	4,66
Não sabe	12	5	17	1,65
Total	563	468	1.031	100,00

Fonte: Elaborada a partir de dados do Instituto Florestal.

contra 27% de casados (Tabelas 4 a 7).

Sobre a existência da Estação Ecológica, 47% dos pesquisados pelo Instituto Florestal entendem que a EEJI é uma área de preservação da natureza e 28% acham que seria muito melhor se não tivesse sido criada, porque consideram boa a vida anterior na área. Entretanto, afirmam que melhoraria se houvesse melhor assistência para educação, saúde e transporte. A maior parte são posseiros nas terras usadas prioritariamente para agricultura e moradia.

Tabela 4 - Relação de Parentesco entre os Moradores da EEJI, 1995

Relação de parentesco	Residente	Não-residente	Total
Cônjuge	219	18	237
Filho (a)	558	470	1.028
Neto (a)	39	1	40
Genro (nora)	9	0	9
Pai	1	3	4
Mãe	4	5	9
Sogro (a)	2	0	2
Enteado (a)	16	14	30
Cunhado (a)	11	1	12
Sem rel. parentesco	16	1	17
Irmão (ã)	10	6	16
Dúvida	1	4	5
Chefe	309	1	310
Outro	12	0	12

Fonte: Elaborada a partir de dados do Instituto Florestal.

Tabela 5 - Local de Criação dos Moradores da EEJI, 1995

Local de criação	Residente	Não-residente	Total
Região onde reside	578	192	770
Outra região da EEJI	74	30	104
Miracatu	4	8	12
Itariri	11	0	11
Pedro de Toledo	17	10	27
Iguape	22	8	30
Peruíbe	31	14	45
Outros mun.do Vale do Ribeira	37	6	43
Outros mun.do Estado de SP	66	38	104
São Paulo - Capital	69	69	138
Região Sudeste	84	24	108
Região Nordeste	173	100	273
Região Norte	4	0	4
Região Centro-Oeste	3	0	3
Região Sul	25	18	43
Não sabe	1	0	1
Dúvida	7	6	13
Outro	1	0	1

Fonte: Elaborada a partir de dados do Instituto Florestal.

Tabela 6 - Número de Moradores que Chegaram à Comunidade, EEJI, 1995

Chegada na comunidade	Residente	Não-residente	Total
<= 1899	0	0	0
1900 - 1930	36	2	38
1931 - 1960	140	86	226
1961 - 1986	620	225	845
1987 - 1991	261	20	281
>= 1982	132	4	136
Não sabe	1	5	6

Fonte: Elaborada a partir de dados do Instituto Florestal.

Tabela 7 - Número de Moradores que Chegaram à Área, EEJI, 1995

Chegada na área	Residente	Não-residente	Total
<= 1899	2	0	2
1900 - 1930	14	0	14
1931 - 1960	80	54	134
1961 - 1986	553	203	756
1987 - 1991	338	28	366
>= 1982	195	5	200
Não sabe	6	4	10

Fonte: Elaborada a partir de dados do Instituto Florestal.

Os principais problemas das comunidades são: desapropriação e indenização dos moradores, restrição das atividades econômicas de extrativismo,

caça e tipo de plantação. Quase todas as pessoas das comunidades são ligadas por parentesco e têm alto índice de migração em relação às décadas anteriores, devido às restrições impostas pela criação da Estação e à inexistência de alternativas econômicas, a não ser o abandono da área e o assalariamento. Em momentos de crise, observa-se na área a presença de representantes do Governo, de associações de moradores e ambientalistas, assim como de partidos políticos.

A Estação Ecológica Juréia-Itatins é uma região que apresenta inúmeros problemas, dentre eles o fundiário, onde existe a posse com sobreposição de títulos e moradores que antecederam à sua criação.

Ao longo destes anos, a Juréia vem passando por processos de regularizações fundiárias, incluindo-se desapropriações. As ações expropriatórias encontram-se ajuizadas nas comarcas de Iguape, Itariri e Itanhaém (Vara Distrital de Peruíbe). Além dos problemas fundiários em si, adicionam-se outros de ordem sociocultural, como o caso das populações, sobretudo as tradicionais, não aceitarem ser transferidas para regiões ecológica e culturalmente diferentes. Estudos já realizados nas comunidades (OLIVEIRA e SILVA, 1992) indicam que entre os próprios moradores existem divergências, não só quanto à permanência como, principalmente, quanto ao desenvolvimento das atividades econômicas. Nesse aspecto, há numerosos conflitos de interesses entre a população tradicional, e mesmo advéncia da área, e as restrições da Estação.

Em sua fase inicial, esses processos expropriatórios abrangiam 71,43% da área da Estação, restando áreas não levantadas, áreas com desapropriação indireta, áreas julgadas devolutas, áreas não ajuizadas e áreas sob o domínio do Estado ou não reivindicadas (MARQUES e VACCARO, 1992). Esses autores afirmam que "a Divisão de Reservas e Parques Estaduais (DRPE) do Instituto Florestal tinha em 1992 o controle dominial efetivo (áreas regularizadas pela Procuradora Geral do Estado, de propriedade da Fazenda do Estado) em 18,9% do total da área das unidades de conservação que administra. Em 10% mantém o controle dominial relativo (áreas em processo avançado de regula-

rização fundiária). Nos 71,1% restantes, há 416.242ha (54,46% da área total) aguardando implantação e trabalhos de regularização fundiária, e 127.600ha (16,69% da área total) regularizados pela Procuradora Geral da Fazenda. Esta última apresenta, entretanto, graves conflitos dominiais e ocupações irregulares, resultado da falta de recursos humanos e materiais necessários para o controle dessas áreas. Por outro lado, grandes somas de recursos são drenados por desapropriações indiretas, em ações precariamente defendidas pelo governo estadual, que muitas vezes resultam em indenizações desproporcionais, irregulares e até mesmo ilegais".

Os dados mais recentes obtidos no Instituto Florestal informam que, em 1998, a situação fundiária e dominial da EEJI apresentava 67.868,70ha de áreas de domínio definitivo relativo e áreas sub-júdice, representando 85% da área total de 79.830ha, assim como 11.961,30ha de áreas pendentes de regularização fundiária, representando 15%, aguardando a edição de novos Decretos Declaratórios de Utilidade Pública para fins de apropriação (Tabelas 8 e 9).

Tabela 8 - Áreas de Domínio Definitivo ou Relativo e Áreas Sub-Júdice, EEJI, 1998

Item	ha	%
Domínio definitivo	3.470,97	4,35
Imissão de posse provisória	5.450,02	6,83
Ajuizadas	54.446,51	68,2
Desapropriação indireta	1.932,35	2,42
Julgadas devolutas não ajuizadas	1.036,40	1,30
Vagas não reivindicadas	1.532,45	1,90
Total	67.868,70	85,00

Fonte: Elaborada a partir de dados do Instituto Florestal.

Tabela 9 - Áreas Pendentes de Regularização Fundiária, EEJI, 1998

Item	ha	%
Processos de expropriação extintos	310,00	0,39
Não levantadas	1.145,02	1,43
Não ajuizadas por critérios PGE	2.769,43	3,37
Montagem de processos	7.736,85	9,70
Total	11.961,30	15,00

Fonte: Elaborada a partir de dados do Instituto Florestal.

A complexidade da situação da população quanto à posse e ao uso da terra evidencia-se nas inúmeras denominações ou conceitos jurídicos ne-

cessários para definir o que ocorre na área⁹.

Da forma como está hoje, a situação dominial da EEJI apresenta sérias dificuldades para administração, pois dificulta as atividades de fiscalização e controle da unidade, inclusive no que se refere à pesquisa e visitação, tornando impraticável o cumprimento legal de suas finalidades. Para os moradores, a indeterminação possessória promove a estagnação, o abandono da atividade agrícola de subsistência e o redirecionamento de atividades para o setor da economia informal.

6.1 - Moradores da Juréia

Diversos autores mencionam a heterogeneidade da população da Juréia. QUEIROZ (1992), que estudou detidamente essa população moradora, indica a forma com que os moradores da Juréia inserem-se no mercado de trabalho e na atividade econômica, estabelecendo a seguinte caracterização: a) os que têm a pequena agricultura como principal fonte de subsistência e como atividades complementares à caça, à pesca e ao extrativismo - a grande maioria; b) os que vivem basicamente da pesca; c) os que são caseiros e vivem de um salário; d) os funcionários públicos do estado ou município, professores e empregados da Secretaria do Meio Ambiente, etc.; e) os que vivem de serviços e comércio para o turismo -

⁹**Área de domínio indefinido:** toda porção de terra economicamente apreciável que esteja, simultaneamente, matriculada no Registro Imobiliário em nome de mais de um dono, em continuação de transcrições ou matrículas diversas. Tais áreas compreendem diversas sobreposições de títulos numa mesma área; **área de domínio definitivo:** são áreas que foram desapropriadas e indenizadas totalmente e que, posteriormente, serão incorporadas ao patrimônio do Estado; **desapropriação direta:** é uma ação movida pelo Poder Público que se inicia pela declaração de utilidade pública sobre um bem individual, para incorporá-lo ao seu patrimônio, a fim de atender o objetivo específico da Administração Pública; **desapropriação indireta:** é uma ação movida pelo particular que teve seu bem imóvel apossado pelo Poder Público ou seus agentes; **imissão de posse provisória:** é o mandado judicial expedido na ação de desapropriação que autoriza a Administração Pública a imitir-se na posse do bem. A imissão na posse é **provisória**, quando o depósito é inicial, e **definitiva** quando total; **terras devolutas estaduais:** são terras apuradas nas ações discriminatórias, sobre as quais não incide nenhum título de domínio considerado legítimo.

bares e *campings*; f) os que ainda vivem da prática ilegal da caça e extração para o comércio de palmito e caxeta; g) os aposentados que recebem a pensão da Previdência Social; e h) outros antigos moradores que trabalham fora da estação, prestando serviços na cidade ou trabalhando na construção civil, ou ainda empregados nas fazendas limítrofes. Em Itinguçu todas essas "categorias" estão presentes.

Da perspectiva desse mesmo autor, quanto à origem encontram-se: a) aqueles que nasceram na Juréia; b) os que vieram de fora, os que chegaram há pouco tempo (menos de cinco anos) e os que vivem lá há muito tempo; os que vieram da zona rural e da zona urbana; os que vieram da mesma região (Vale do Ribeira) e os que vieram de outros estados ou regiões do País.

Quanto aos motivos que levaram as pessoas à Juréia, enumeram-se: a) o incentivo do Estado para ocupar a "zona de fronteira agrícola" do Vale do Ribeira; b) o trabalho na construção civil das casas de praia e sítio; c) o emprego como caseiros; d) a construção de obras do Governo - escola, estrada e preparativos para as usinas nucleares; e) os atrativos proporcionados pela natureza - paz e liberdade, em oposição às condições dos meios urbanos.

No que se refere à posse e propriedade da terra dos pequenos proprietários, apontam-se: a) aqueles que nasceram e são filhos do lugar e os mais antigos, que se instalaram sem preocupação com o título legal de posse, condição em que se encontram até hoje; b) os posseiros que vieram de outras áreas de conflito e aí se instalaram, construindo suas casas e plantações, esperando algum dia adquirir a posse legal, sem ameaça de expulsão; e c) os pequenos proprietários que têm título de propriedade, tendo recebido de herança ou comprado de outras pessoas.

No que se denomina "cultura", outra interessante diferenciação é indicada entre: a) os que têm uma certa "solidez cultural", em que se observam regras de conduta e normas de comportamento definidas, com a presença de liderança política e religiosa; b) grupos desestruturados com grandes conflitos internos, e nos quais as normas de conduta são frequentemente transgredidas com fissões familiares

constantes; e c) grupos que se situam entre os dois anteriores.

Quanto à situação geográfica e espacial entre os habitantes da Juréia, observam-se: a) famílias isoladas, que estão mais dispersas ao longo das praias; b) ribeirinhos que habitam as encostas de morros; e c) os que se colocam ao longo das estradas.

De acordo com os dados do Instituto Florestal, os moradores distribuem-se em cinco tipos quanto às condições de ocupação: posseiros, proprietários, empregados/caseiros, meeiros e comandatários¹⁰.

Os moradores estão distribuídos em três categorias: a) **morador tradicional**: caracteriza-se pela ocupação antiga ou imemorial da família na região, com fortes laços de parentesco na localidade, vive em condições de isolamento, desenvolvendo uma economia baseada predominantemente no trabalho familiar e produzindo bens primários para consumo alheios à economia de mercado nacional, mas com conhecimentos do uso do meio com íntima dependência dos recursos naturais; b) **morador adventício antigo**: de ocupação recente, mas anterior à criação da Unidade de Conservação, com pouco ou nenhum conhecimento específico do meio, maior heterogeneidade cultural e histórica, produção de bens primários voltada à comercialização, com predominância

de uma cultura agrícola; c) **morador adventício recente**: de ocupação recente, posterior à criação da Unidade, semelhante nos demais aspectos aos moradores adventícios antigos, mas com acentuada falta de vínculos com a região.

A EEJI é administrada hoje pela Divisão de Reservas e Parques Estaduais do Instituto Florestal, sob a jurisdição da Secretaria do Meio Ambiente, que faz o controle e a fiscalização da área em consonância com o decreto de sua criação. A implantação dessa Unidade de grande porte é uma experiência pioneira no Estado.

Antes do Decreto-Lei de criação da Estação o pessoal tinha um ritmo de vida (...) com a criação foi definindo o bananal, proibindo a criação de peixes em tanques. *"Você não pode fazer projeto nenhum, nem ter nada doméstico (...) tudo só nativo (...) só que (...) (se caçar) o animal nativo você vai preso"* (Depoimento de ex-morador).

"A lei foi vindo forte (...) o pessoal com medo foi respeitando e eles foram encostando (...) então a polícia florestal começou a trabalhar lá (...) então perseguia muito (...) você estava roçando ali, uma vez que a lavoura; é o seguinte (...) você usa uma terra um ano dois anos, aquela terra cansa, você deixa criar mato, limpa outro pedaço (...) então tá sempre trocando (...) e nessa aí foi proibido"(A. B.S., morador de Peruíbe, 2000).

Detectam-se, nas declarações acima, algumas das alterações que a criação da Estação impuseram ao modo de produzir dos moradores.

Com a criação da Estação, os moradores ficaram como que "engessados": *"você ficou sem direito e benefício nenhum, você não pode hoje construir uma casa lá dentro (...) você pode fazer uma reforma, mas o que você gastar lá (...) a qualquer tempo você perde (...) e com a autorização deles ainda (...) se não dá, você não pode mexer (...)"* (A.B.S., morador de Peruíbe, 2000).

A falta de envolvimento da população no processo de mudança para Estação fica muito nítida conforme relato de morador: *"eu acho uma coisa muito absurda o pessoal morar lá 30, 40, 50 e até 80 anos que podem confirmar (...) e ser proibido de sobreviver no lugar onde nasceu. E as leis foram feitas tão rigorosas que ela não viu que tinha gente que habitava esse lugar. Então para o*

¹⁰**Posseiros**: indivíduos que têm posse formada na área, embora não tenham título de propriedade. Dentro desta categoria estão os que "abriram posse", ou seja, os que lá chegaram e desbravaram uma área para moradia e plantio, vivendo do trabalho na terra, assim como aqueles que adquiriram uma área através da compra de direitos possessórios; **proprietários**: indivíduos que têm título de propriedade da terra, entretanto, esses títulos não foram examinados, o que não dá condições de distingui-los entre títulos legítimos e ilegítimos (levantamentos nesse sentido para aferição da legitimidade dos títulos estão sendo feitos através dos processos desapropriatórios); **empregados/caseiros**: indivíduos que estão trabalhando e/ou "tomando conta" para outro posseiro ou proprietário (nestes casos é comum a ausência de um salário mínimo e registro em carteira como trabalhador rural); **meeiros**: indivíduos que trabalham na área como produtores - e não empregados - embora não sejam donos da área, e a produção obtida é dividida com o proprietário ou posseiro; **comandatários**: são indivíduos que ocupam certas áreas há muitos anos, não possuem nenhum vínculo empregatício (salário e/ou carteira assinada), cultivam e comercializam como empregados, não reconhecem o próprio direito sobre a terra (a terra é de outro).

projeto ser um projeto bem feito, ele deveria ter separado (...) aqui existe morador (...) como é que vamos assentar eles todos num lugar só (...) como é que podemos fazer esse projeto aqui para não prejudicar eles que são nativo daqui da terra, isto tinha que ser discutido. Mas ninguém discutiu. O cara preferiu fazer o projeto, fazer o estatuto, ser aprovado e os caras que tão lá dentro são os últimos a saber. Sabia mas não entendia (...) quando você sabe e entende, você debate. Por que preservar é bom, mas tem que saber como é o tipo da preservação. Eu entendo que preservar primeiro a vida (...) se você está sem saúde, você não tem vida, se você não estudar, você não está sendo preservado, se você não come você não está sendo preservado. Então primeiro preservar as pessoas, educar, ensinar, porque eu acho que o Estado tinha o dever de fazer uma comissão, ensinar (...) olha aqui é uma Estação, vamos pôr gente daqui para trabalhar, para ensinar como é que vocês vão viver aqui dentro. Com direito de viver. Hoje ali ninguém tem direito de propriedade. Isto aí é muito chocante. Você vê, lá tem (famílias com) 6, 8, 10 filhos (...) o cara vem para a cidade vai criar essas pessoas no meio de marginais. Vai aprender a usar droga" (A.B.S., morador de Peruíbe, 2000).

"Ali tem muitas crianças, jovens, que estão crescendo hoje (...) que nasceram e estão sendo criado ali. Para eles vierem morar na cidade, eles vão bater numa porta fechada. Lugar gostoso de se morar, mas não tem emprego, sem campo de trabalho. Antigamente estava sendo criado com direito de viver, e ele tinha com que viver. Hoje fica difícil. Eu graças a Deus consegui criar meus filhos, todos graças a Deus não deram um problema, mas tem muitos deles que vieram para aqui e hoje é maconheiro, ladrão, filho da própria pessoa que mora lá dentro (...). Agora quem é culpado de tudo isso? São os pais ou são as autoridades que nós temos (...) fazem umas leis, sem discutir, sem sentar para ver onde prejudica, onde não prejudica". (A.B.S., morador de Peruíbe, 2000).

Podem-se vislumbrar também os impactos promovidos pela intervenção governamental no modo de vida e nos destinos das pessoas.

O depoimento abaixo, de Anísio¹¹, ex-mora-

¹¹Anísio Barbosa de Souza, que não mora mais em Itinguçu. Foi líder na época do conflito, um dos oito posseiros presos e absolvidos, casado à época com Quênia, liderança feminina local. Logo após o conflito saiu de Itinguçu e hoje mora em Peruíbe, onde tem um açougue. Não está mais casado com Quênia e tem outra esposa. Pretende se candidatar à vereância em Peruíbe. Tem irmãos

dor, ex-líder de Itinguçu que teve de abandonar a área após a criação da Estação Ecológica, dá uma idéia clara do significado da implantação da Unidade de Conservação para o morador:

"O projeto não dá direito de moradia, nem o direito de se criar animal doméstico. As pessoas que moram há 100, 80, 30, 15 anos num lugar desses, a pessoa tem o direito de sobreviver, criar seu animal doméstico: cachorro, porco, galinha; tem o direito de sobreviver. Ele (deputado) fez o projeto da Estação Ecológica, em cima da cabeça de cada um, sem consultar ninguém. Aí deu a criação da Juréia-Itatins, o pessoal ficou encurralado. Logo veio a SMA, proibindo a manutenção das estradas (...) você não podia tirar um cascalho para manutenção das estradas, o morador ficou proibido de fazer qualquer tipo de renovação, de roçado, de plantio. A lavoura dali é banana. Quando todo mundo vivia ali, sem perseguição de ninguém, ninguém pedia -miséria - nada pra ninguém, hoje em dia..."

"Quando fez a criação aí, aí foi que atrapalhou tudo. Eu (...) dei minha vida por aquilo ali, sabe? As pessoas que desmataram a Juréia, derrubaram, arrancaram muita madeira, palmito (...) essas pessoas realmente estragaram a natureza. Por causa dessas pessoas, os que moram lá estão pagando até hoje. Por isso eles não podem plantar (...) não podem pegar um cascalho pra fazer manutenção de uma estrada e o Poder Público está em cima deles para desmanchar as barracas. Então, eu penso (...) pra essa Estação foi feita dentro do gabinete fechado, sem convocar a comunidade, sem discutir abertamente o que seria bom, o que seria ruim, o que prejudicava, o que não prejudicava. Eu mesmo fui desapropriado lá, até hoje não recebi nada. Quando fiz aquela briga lá (resistir aos grileiros) eu tinha que apelar, ou eu me defendia ou eu morria. Mas quem tá lucrando hoje é o Estado. O Estado recebe uma verba para preservar aquilo ali, mas (...) as pessoas que defendera ali, expulsou grileiro (...) as pessoas estão abandonadas, estão tudo jogada. Eu gosto dali, o meu pai.. ele faleceu há dez meses atras, sempre morou ali."

"A proibição foi tanta que você tinha uma capoeira de dois metros de altura, você não podia roçar mais. O que aconteceu? 70% veio para a cidade, fazer uma nova vida (...) pessoas que nem eu (...) fui criado na roça toda vida"

que ainda moram em Itinguçu: Adelição Barbosa de Souza (sitiante) e João Barbosa de Souza (comerciante).

A falta de envolvimento da população no processo de mudança para Estação fica muito nítida, conforme o relato de outro morador:

"Eu acho uma coisa muito absurda o pessoal morar lá 30, 40, 50 e até 80 anos que podem confirmar (...) e ser proibido de sobreviver no lugar onde nasceu. E as leis foram feitas tão rigorosas que ela não viu que tinha gente que habitava esse lugar. Então para o projeto ser um projeto bem feito, ele deveria ter separado (...) aqui existe morador (...) como é que vamos assentar eles todos num lugar só (...) como é que podemos fazer esse projeto aqui para não prejudicar eles que são nativo daqui da terra, isto tinha que ser discutido. Mas ninguém discutiu. O cara preferiu fazer o projeto, fazer o estatuto, ser aprovado e os caras que tão lá dentro são os últimos a saber. Sabia mas não entendia (...) quando você sabe e entende, você debate. Por que preservar é bom, mas tem que saber como é o tipo da preservação. Eu entendo que preservar primeiro a vida (...) se você está sem saúde, você não tem vida, se você não estudar, você não está sendo preservado, se você não come você não está sendo preservado. Então primeiro preservar as pessoas, educar, ensinar, porque eu acho que o Estado tinha o dever de fazer uma comissão, ensinar (...) olha aqui é uma Estação, vamos pôr gente daqui para trabalhar, para ensinar como é que vocês vão viver aqui dentro. Com direito de viver. Hoje ali ninguém tem direito de propriedade. Isto aí é muito chocante. Você vê, lá tem famílias com 6, 8, 10 filhos (...) o cara vem para a cidade vai criar essas pessoas no meio de marginais. Vai aprender a usar droga". (A B.S., Peruíbe, 2000).

"Ali tem muitas crianças, jovens, que estão crescendo hoje (...) que nasceram e estão sendo criado ali. Para eles vierem morar na cidade, eles vão bater numa porta fechada. Lugar gostoso de se morar, mas não tem emprego, sem campo de trabalho. Antigamente estava sendo criado com direito de viver, e ele tinha com que viver. Hoje fica difícil. Eu graças a Deus consegui criar meus filhos, todos graças a Deus não deram um problema, mas tem muitos deles que vieram para aqui e hoje é maconeiro, ladrão, filho da própria pessoa que mora lá dentro (...). Agora quem é culpado de tudo isso? São os pais ou são as autoridades que nós temos (...) fazem umas leis, sem discutir, sem sentar para ver onde prejudica, onde não prejudica". (A.B.S., Peruíbe, 2000).

Com base nos relatos acima, conclui-se que a criação da Estação Ecológica, ao estabelecer os limites de quem está dentro e de quem está fora, cria artificialmente a categoria de "morador da Estação Ecológica", negando as especificidades e deslocando o cerne da identidade da população. Constituiu-se uma categoria para interlocução: a de "moradores da Juréia". É com esta categoria que o Estado passa a dialogar. Se, de um lado, cria uma nova possibilidade de ação conjunta, de outro, desloca e rompe com histórias e projetos de vida camponesa, perseguidos de longa data¹².

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de criação da Estação Ecológica foi idealizado sem o envolvimento da população moradora, deixando clara a alteração da convivência entre homem/mulher e natureza nesse espaço. Estabelecem-se relações conflituosas entre moradores e poder público.

A criação da EEJI remete à questão da transformação de um espaço privado em público, pois nesse processo a transformação do espaço determinou a mudança da condição do morador que, de posseiro, passa a transgressor. Ademais, a relação homem/mulher-natureza coloca-se hoje como uma preocupação fundamental.

A questão central da Estação é o conflito de interesses entre a população tradicional, e mesmo advéncia da área, e a exigência própria da Estação. A situação fundiária dessas populações é uma questão crucial já que estas, principalmente os núcleos

¹²A categoria morador de Unidade de Conservação rompe com a organização anteriormente existente entre os indivíduos, baseada na produção, experiência de vida e poder cristalizados ao longo da história em territórios específicos, gerando culturas e identidades coletivas. A definição de um espaço geográfico chamado Estação Ecológica Juréia-Itatins alterou o significado e as relações daqueles que ocupam aquele espaço, redefinindo artificialmente uma identidade (nova identidade). É nesse sentido que se pensa unidade, diferenciação, diversidade. Essa questão, de fato, é uma constatação gerada por este primeiro trabalho, e por sua complexidade e importância será objeto de estudo específico.

tradicionais, não aceitam ser transferidas das regiões onde viveram seus antepassados para regiões ecológica e culturalmente diferentes.

As características de Estação Ecológica entram em confronto com os interesses dos moradores que ali desenvolvem atividades ligadas à agricultura de subsistência, à pesca e outros tipos de extrativismo. Com isso, moradores vivem sob pena de estar constantemente infringindo as leis.

A transformação da Juréia em Unidade de Conservação ambiental alterou profundamente as relações entre ecologistas, técnicos e a população moradora. As limitações impostas pela Estação Ecológica colocou em discussão a "convivência harmônica" do homem com a natureza. Se, de um lado, visou a conservação desse importante patrimônio biofísico, de outro, colocou em risco o patrimônio cultural e étnico de pequenas comunidades que vivem numa estreita relação de dependência com a natureza. Contudo, ao transformar a área num espaço público e redefinir o caráter de identidade da população, traz para o cenário nacional e mundial questões socioambientais com destaque inédito.

A criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins partiu da mobilização de grupos preocupados com a preservação socioambiental. A EEJI é resultado da aplicação de uma política ambiental que, à medida que se implanta e se interage com os agentes sociais presentes (moradores, partidos políticos, empresas interessadas, governo, etc.), promove resultados de proporções não esperados. A ação prática acaba por definir uma realidade inusitada, e que escapa do controle de seus idealizadores.

Assim, se a criação da Estação resolveu alguns problemas de conflitos locais, promoveu outros relacionados a restrições legais. Não se conseguiu até hoje, por exemplo, solucionar as questões fundiárias e dominiais que são, do ponto de vista da sustentabilidade, prementes; uma vez que para os moradores a indeterminação legal e dominial promove estagnação, abandono na atividade agrícola de subsistência e redirecionamento das atividades para o

setor da economia informal.

Do ponto de vista da administração pública essa pendência é também um impedimento, pois a garantia legal e a incorporação das áreas ao patrimônio público não estão concluídas. Essa solução melhoraria muito a definição de programas de associações, órgãos e entidades governamentais e não-governamentais.

Muitos dos antagonismos existentes hoje entre população e os órgãos governamentais decorrem das dificuldades originadas da implantação de uma Unidade de Conservação sobre um espaço ocupado, habitado por pessoas que possuem costumes e necessidades cotidianas que nem sempre condizem com os princípios de preservação, e que sequer foram levados em consideração.

O Estado, ao criar uma Estação Ecológica, não demonstrou capacidade de satisfazer minimamente as necessidades recriadas com tal situação. Não houve a necessária inversão de recursos destinados à implantação de programas permanentes de educação ambiental para moradores e visitantes, tampouco a fiscalização necessária da área por agentes específicos. Ao contrário, já há alguns anos reduziu-se o contingente de guarda-parques.

Como se pôde observar, a criação da EEJI foi, dentre outras, uma combinação da ação do movimento social com estratégias governamentais de conservação, estabelecendo com isso uma nova relação entre agentes sociais presentes, homens/mulheres e natureza, moradores, moradores e ambientalistas, técnicos e Estado. O mais dramático nesse processo foi a transformação da condição de morador para transgressor, dadas as imposições legais restritivas vigentes, que incidem sobre o modo de sobrevivência da população ocupante.

Se na instância econômica a criação coibiu práticas extrativistas da caça e práticas agrícolas, no âmbito social e político erigiu uma nova categoria de morador da Estação, definindo e redefinindo, dessa forma, uma identidade social, com os desdobramentos que essa mudança implica.

LITERATURA CITADA

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: USP/NUPAUB, 1994.

LEITE, M. O paraíso ainda está verde. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 maio 1994. Caderno Ciência, p. 6-7.

MARQUES, A. A. U.; VACCARO, S. **Relatório de estágio realizado na Estação Ecológica de Juréia-Itatins, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Departamento de Ciências Florestais**. Santa Maria, RS, 1992. Mimeo.

MENDONÇA, R.; MENDONÇA, A. L. F. de. **Aspectos da presença humana na estação ecológica da Juréia-Itatins**. [s.n.t.]. 14 p.

OLIVEIRA, C. DE; SILVA, L. A. **Programa de educação ambiental do Vale do Ribeira**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/Secretaria da Educação, 1992.

PANZUTTI, N. P. M. **A caminho da terra: a mata**. 2002. 247 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2002.

PAOLIELLO, R. M. **Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira: a posse como direito e estratégia de apropriação**. 1992. 474 p. Dissertação de (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PETRONE, P. **A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana**. São Paulo: USP/FFCL, 1966. 366 p. (Boletim n. 283).

QUEIROZ, M. I. **Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas**. São Paulo: USP/FFCL, 1969. 260 p.

QUEIROZ, R. C. de. **Atores e reatores na Juréia: idéias e práticas do ecologismo**. 1992. 229 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1992.

Recebido em 21/11/2002. Liberado para publicação em 11/03/2003.